



**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO n. 0063698**

**Objetivo da reunião:** 10ª Reunião do COGEST

**Horário/Data:** 16/09/2019

**Local:** Sala de Sessões do CJF - Videoconferência

**Assunto:** Metas estratégicas; ODSs; Revisão do Planejamento Estratégico; Projetos Estratégicos; Governança na Justiça Federal

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho	Presidente	TRF5
Desembargador Federal Messod Azulay Neto	Presidente, em exercício	TRF2
Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes	Secretária-Geral	CJF
Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa	Juiz em auxílio à Corregedoria	CJF
Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes Filho	Juiz em auxílio à Corregedoria	CJF
Juíza Federal Maria Cecília de Marco Rocha	Gestora de metas do 1º grau	TRF1
Juiz Federal Osair Victor	Diretor do Foro da SJRJ	TRF2
Juíza Federal Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	Diretora do Foro e representante da estratégia	TRF3
Juiz Federal Oscar Valente	Juiz convocado em auxílio à Presidência	TRF4
Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira	Juíza convocada em auxílio à Presidência	TRF5
Carlos Frederico Maia Bezerra	Diretor-geral	TRF1
Wânia Maríça Araujo Vieira	Diretora da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação	TRF1
Maria Carolina de Souza Ribeiro	Diretora da Divisão de Elaboração e Monitoramento da Estratégia	TRF1

Vânia Regina Fernandes	Supervisora da Seção de Monitoramento de Projetos Estratégicos	TRF1
Luisa Nogueira Costa	Chefe de Gabinete da Presidência	TRF2
Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo	Diretora-Geral	TRF2
Pedro Hikaru Oishi	Coordenador de Gestão Estratégica	TRF2
Vinicius Drummond de Paiva	Coordenador do Núcleo de Estatística	TRF2
Paulo Roberto Serraglio Júnior	Diretor-Geral	TRF3
Maíra Zau Serpa Spina d'Eva	Assessora de Estratégia	TRF3
Carlos André Junqueira	Diretor da Assessoria de Planej. e Gestão	TRF4
Edson Fernandes Santana	Diretor Geral	TRF5
Magnus Henrique de Medeiros	Assessor de Gestão Estratégica, Governança e Estatística	TRF5
Ricardo César Almeida da Silva	Diretor do Núcleo de Gestão de Projetos e Processos	TRF5
Francisco José Barroso de Aguiar Pessoa	Supervisor da Seção de Organização e Normatização	TRF5
Laís Rodrigues Silva	Supervisora da Seção Socioambiental	TRF5
Claudete Iara Grossi	Secretária de Estratégia e Governança	CJF
Alex Pena Tosta da Silva	Subsecretário de Inteligência Analítica	CJF
Carolina Gonçalves Abreu	Chefe da Seção de Análise de Dados	CJF
Silvana Conceição Dias Soares	Subsecretária de Estratégia e Governança	CJF
José Francisco Alves	Chefe da Seção de Gestão de Projetos	CJF
Marcos Antônio Kronenberger	Chefe da Seção de Planejamento Estratégico	CJF
Rogério Rodrigues da Silva	Supervisor do Setor de Apoio Socioambiental	CJF

**Assunto(s) tratado(s):**

**1. Abertura**

A Secretária-Geral do CJF, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, saudou os participantes e confirmou a presença de representantes de todas as regiões. Apresentou os itens da pauta: **Glossário de Metas; ODSs; Revisão do Planejamento Estratégico; Projetos Estratégicos; Governança na Justiça Federal.**

## 2. Glossário de metas

A Secretária-Geral do CJF, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, passou a palavra para a Secretária de Estratégia e Governança, Claudete Grossi, para apresentação das questões referentes ao glossário de metas. Com relação às metas nacionais, a Secretária de Estratégia e Governança informou que a Justiça Federal adota integralmente o Glossário de Metas do Poder Judiciário, publicado pelo CNJ, já repassado às áreas técnicas dos tribunais, com solicitação de apresentação à Presidência, para conhecimento.

Quanto às metas específicas, informou que foram elaboradas com base em discussões mantidas por videoconferência com as áreas técnicas de estratégia dos tribunais, e que a proposta final já havia sido enviada para manifestações. Com relação ao Glossário anterior, a principal alteração diz respeito à adoção dos parâmetros do Justiça em Números, com exceção da meta referente à Sustentabilidade. Como não houve manifestações em contrário, considera-se o Glossário de Metas Específicas para 2019 como aprovado.

Em relação à proposta de metas para 2020, Claudete Grossi informou que já foram apresentadas na 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional da Estratégia. Não foram propostas alterações, apenas ajustes temporais e acréscimo do tema "papel" aos demais selecionados para a meta de Sustentabilidade. São elas:

- Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2020; No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 e 85% dos processos distribuídos em 2016; Nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017;
- Meta 3: Fomentar o alcance mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos;
- Meta 4: Identificar e julgar até 31/12 do corrente ano: FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2017. FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2017;
- Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente;
- Meta 6: Identificar e julgar até 31/12 do corrente ano: FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus;
- Meta Específica Criminal A: Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente;
- Meta Específica Criminal B: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2017;
- Meta Específica de Sustentabilidade :Cumprir 100% das metas dos seis temas selecionados do Plano de Logística Sustentável / PLS (Energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, contratação pública sustentável, papel e deslocamento pessoal.)

## 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

A Secretária-Geral do CJF, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, informou que este tópico já havia sido discutido na 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional da Estratégia.

Naquela ocasião foi aprovado o alinhamento da Justiça Federal às metas dos ODS, sem no entanto que se defina uma meta, tendo em vista que o tema permeia as demais metas e projetos já estabelecidos.

Não houve nenhuma manifestação contrária.

#### **4. Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário**

A Secretária de Estratégia e Governança, Claudete Grossi, apresentou ao COGEST o andamento das ações capitaneadas pelo CNJ, com vistas à revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2021 a 2016. Informou que a metodologia utilizada é a discussão em reuniões, das quais participam representantes dos diversos segmentos. Já foram realizadas três reuniões e a Justiça Federal foi representada por ela mesma e pelo Magnus Medeiros, Assessor de Gestão Estratégica, Governança e Estatística do TRF5. Apresentou as propostas já deliberadas:

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Poder Judiciário Efetivo e Ágil na Garantia dos Direitos e que Contribua para a Pacificação Social e o Desenvolvimento do País.

Valores: Credibilidade; Agilidade; Inovação; Acessibilidade; Imparcialidade; Transparência e Controle Social; Ética; Integridade; Responsabilidade socioambiental; Eficiência; e Segurança Jurídica. Sobre os valores, o Presidente, em exercício da 2ª Região, Desembargador Federal Messod Azulay Neto, registrou perplexidade quanto à inclusão de valores como imparcialidade, transparência e ética, que já são inerentes à atividade dos magistrados. Comentou que entende que essa é uma proposta conduzida pelo CNJ e que não há nenhuma sugestão de alteração, porém acha estranho que sejam listados valores que já fazem parte do Poder Judiciário.

Foi informado ao Comitê que ainda há possibilidade de serem efetuadas as seguintes alterações: Trocar "Controle Social" por algo que represente "accountability" e Trocar "Responsabilidade Socioambiental" por "Sustentabilidade".

Macrodesafios: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; garantia dos direitos fundamentais; enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; consolidação do sistema de precedentes obrigatórios; impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal; fortalecimento do processo eleitoral; fortalecimento da política nacional de gestão de pessoas; aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira; aperfeiçoamento da administração e governança judiciária; fortalecimento da estratégia nacional de tecnologia da informação e de proteção de dados; aperfeiçoamento da política de sustentabilidade.

Claudete Grossi comentou que, após concluídas as definições para o Poder Judiciário, será necessário realizar a revisão do Planejamento Estratégico para a Justiça Federal.

#### **5. Projetos Estratégicos**

A Secretária-Geral do CJF, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, passou a apresentar as pendências referentes aos projetos estratégicos, de acordo com o que segue:

Projeto Pesquisa sobre Demandas Repetitivas - aprovado o encerramento;

Projeto Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos em Nova Tecnologia - havia sido proposta a alteração do nome do projeto para Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal, porém, o TRF1 em nome do gestor solicitou o seu encerramento e comunicou que será solicitada a inclusão de novo projeto estratégico para desenvolvimento do sistema de cálculos web. Foi aprovado o encerramento do projeto.

Projeto Implantação do Portal de Alienação Judicial - foi aprovado a exclusão do projeto.

Projeto Depósitos Judiciais - o projeto será continuado. Serão divulgadas as informações referentes ao andamento do projeto e elaborada nova portaria contendo as alterações dos gerentes regionais.

Projeto Interoperabilidade na Justiça Federal - foi informado pela 4ª Região que já foram finalizadas todas as ações possíveis e que restaram pendentes apenas aquelas que dependem de ações do CNJ. Assim, foi deliberado o cancelamento do projeto, seguida de estudo sobre o tema com novas propostas sobre o tema.

Projeto Carta de Serviços - foi aprovada a alteração do escopo do projeto, que tratará de elaboração de norma com requisitos mínimos, de modo que todas as unidades possam formatar sua Carta de Serviço de maneira uniforme, respeitando as particularidades de cada região. A nova data de conclusão do projeto ficou definida como dezembro de 2019.

Projeto Implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje - foi comunicada a alteração do gerente e gestor.

## 6. Índice de Governança da Justiça Federal

A Secretária de Estratégia e Governança apresentou o Índice de Governança da Justiça Federal – iGovJF, instituído pela Resolução CJF-RES-2016/00400. Informou que, com o objetivo de apurar o nível de maturidade em governança da Justiça Federal, foi desenvolvido instrumento de avaliação que reúne 55 práticas de gestão que, ao serem implantadas, devem aumentar a capacidade das organizações da Justiça Federal de concretizar as estratégias (objetivos, metas e iniciativas).

Em dezembro de 2018 foi realizado o 3º Ciclo de avaliações, e, a partir dos resultados obtidos pelos órgãos da Justiça Federal, o CJF elaborou recomendações para o aprimoramento da administração judicial, considerando as seguintes dimensões: Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança; Gestão de Pessoas e da Informação; Execução da Estratégia - Melhoria, Inovação e Controle; Monitoramento e Avaliação de Resultados; Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência.

Como nos Ciclos anteriores, foi solicitado aos órgãos da Justiça Federal que elaborassem planos de ação com vistas ao incremento das práticas de gestão. Os planos de ação enviados já estão publicados no Observatório da Estratégia da Justiça Federal e foi solicitado o envio pelos órgãos que ainda não o fizeram.

Nome\_interessado\_maiúsculas  
cargo interessado



Autenticado eletronicamente por **Claudete Iara Rodrigues Grossi, Secretário(a) - Secretaria de Estratégia e Governança**, em 26/09/2019, às 15:03, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0063698** e o código CRC **9C0C8966**.